



**Estudo nº 007/2005**

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
2004 - MINISTÉRIOS DO PLANEJAMENTO E DAS CIDADES**

**1. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Do ponto de vista do interesse público e institucional, apesar da relevância do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) e de suas entidades vinculadas (IBGE, IPEA e ENAP), não existem ações e programas do órgão que justifiquem uma apreciação mais detalhada. Por essa razão, nos limitaremos a realizar o detalhamento de seus gastos segundo as principais categorias de agregação, isto é, por GNDs e Unidades.

**1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2004 POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

A execução orçamentária das unidades que integram o MPOG foi bastante reduzida. Conforme se verifica no quadro a seguir, que indica que estas efetuaram pagamentos na ordem de 18,8% do autorizado.

(valores em R\$ 1,00)

Cod. UO	UO	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pagos	% Pag/Aut
47101	MPOG	1.413.376.684	913.692.742	913.692.742	684.220.454	48,4%
47204	IPEA	138.998.028	133.726.081	133.726.081	132.649.516	95,4%
47205	IBGE	747.545.188	717.033.358	717.033.358	686.582.652	92,1%
47210	ENAP	16.931.048	15.750.679	15.750.679	15.226.521	89,9%
<b>TOTAL</b>		<b>2.316.850.948</b>	<b>1.780.202.860</b>	<b>1.780.202.860</b>	<b>1.518.679.143</b>	<b>65,6%</b>

**1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GNDs**

A análise da execução orçamentária das unidades do MPOG, por GNDs, no exercício de 2004, evidência que os principais gastos no semestre foram com pessoal e encargos sociais e com outras despesas correntes (custeios básicos). O quadro a seguir demonstra que tais gastos responderam por 98,9% do total realizado.

(valores em R\$ milhões)

GND	Natureza da Despesa	Autorizado	Liquidado	Pago	%Pg/Aut	% do Exec.
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.560,1	1.250,0	1.222,1	78,3	<b>80,5</b>
2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5,2	4,9	4,9	94,2	0,3
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	534,6	334,4	280,1	52,4	<b>18,4</b>
4	INVESTIMENTOS	26,7	23,0	6,4	24,0	<b>0,4</b>
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	182,6	162,6	0,0	0,0	0,0
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7,7	5,3	5,3	68,8	0,3
<b>TOTALS</b>		<b>2.316,9</b>	<b>1.780,2</b>	<b>1.518,8</b>	<b>65,6</b>	<b>100,0</b>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**NÚCLEO 2 - Planejamento e Desenvolvimento Urbano**

Cumpra observar que as despesas (pagas) em “Outras Despesas Correntes” ocorreram basicamente nas unidades orçamentárias MPOG (R\$ 165,8 milhões) e IBGE (R\$ 86,4 milhões), que responderam por 90% dos gastos do órgão MPOG nesse GND, em razão de seus tradicionais gastos com os custeios administrativos, a manutenção de sistemas informatizados e a assistência médica e odontológica aos servidores e dependentes.

### 1.3. COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Em termos comparativos, a situação da execução do MPOG (despesas liquidadas e despesas pagas) no exercício de 2004, apresenta um quadro de relativo equilíbrio em relação ao ano anterior, embora ao nível agregado as despesas pagas apresentem uma redução de 3% em relação ao montante de 2003, como evidencia o quadro a seguir.

(valores em R\$ milhões)

UO	2003	2004	Acréscimo %	2003	2004	Acréscimo %	2003	2004	Acréscimo %
	Autorizado	Autorizado		Liquidado	Liquidado		Pago	Pago	
<b>MPOG</b>	1.026,1	1.413,4	37,7	917,1	913,7	-0,4	838,8	684,2	-18,4
<b>IPEA</b>	115,8	139,0	20,0	107,6	133,7	24,3	107,6	132,6	23,2
<b>IBGE</b>	615,5	747,5	21,4	613,1	717,0	16,9	607,9	686,6	12,9
<b>ENAP</b>	13,3	16,9	27,1	11,7	15,8	35,0	11,4	15,2	33,3
<b>Total</b>	<b>1.770,7</b>	<b>2.316,9</b>	<b>30,8</b>	<b>1.649,5</b>	<b>1.780,2</b>	<b>7,9</b>	<b>1.565,7</b>	<b>1.518,8</b>	<b>-3,0</b>

## 2. MINISTÉRIO DAS CIDADES

Com relação a este órgão é importante observar que ele constitui uma instituição recente, criada pela atual Administração do País, pela reunião de algumas unidades antes afetas a outros órgãos – sobretudo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (da Presidência da República), a TRENURB e a CBTU (do Ministério dos Transportes) e o Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (do Ministério da Justiça) – e de algumas ações novas que passaram a lhe ser afetas. Por uma questão de simplificação do trabalho, nas remissões à execução em períodos anteriores apenas as unidades serão consideradas.

### 2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2004 POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

A execução orçamentária (despesas pagas) das unidades que integram o Ministério das Cidades, similarmente ao que ocorreu com o MPOG, foi bastante reduzida. Conforme se verifica no quadro a seguir, estes somaram apenas 47,1% do total autorizado.

(valores em R\$ milhões)

Cod. UO	UO	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pagos	% Pag/Aut
56101	M Cidades	1.697,4	1.042,9	1.042,9	498,8	29,4
56201	TRENURB	143,1	120,2	120,2	107,4	75,1
56202	CBTU	1.011,9	821,7	821,7	754,7	74,6
56901	FUNTRAN	117,6	43,1	43,1	38,4	32,7
<b>TOTAL</b>		<b>2.970,0</b>	<b>2.028,1</b>	<b>2.028,0</b>	<b>1.399,4</b>	<b>47,1</b>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**NÚCLEO 2 - Planejamento e Desenvolvimento Urbano**

## 2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GNDs

A análise da execução orçamentária das unidades do Ministério das Cidades, por GNDs, no exercício de 2004, evidência que os principais gastos no semestre foram com “investimentos” (31,1% do total) e “amortização da dívida (29,4% do total). O quadro a seguir demonstra que tais gastos correspondem a 60,5 % do total das despesas pagas.

(valores em R\$ milhões)						
GND	Natureza da Despesa	Autorizado	Empenhado	Pago	%Pg/Aut	% do Exec.
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	247,5	208,1	202,5	81,8	14,5
2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	188,9	102,3	102,3	54,2	7,3
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	390,9	303,2	248,5	63,6	17,8
4	INVESTIMENTOS	1.496,4	1.003,0	434,7	29,0	31,1
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	509,4	411,4	411,4	80,8	29,4
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	136,9	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>T O T A I S</b>		<b>2.970,0</b>	<b>2.028,0</b>	<b>1.399,4</b>	<b>47,1</b>	<b>100,0</b>

Quanto aos gastos com “Outras Despesas Correntes”, no montante de R\$ 248,5 milhões (17,8% do total) ocorreram principalmente com o “Funcionamento de Sistemas de Transporte Ferroviários de Passageiros” (R\$ 85,1 milhões), o “Cumprimento de Sentenças e Débitos Judiciais” (R\$ 37,6 milhões), o “Sistema Nacional de Trânsito” (R\$ 36,2 milhões), os gastos relativos ao “Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência de Sistemas de Transporte Ferroviários Urbanos de Passageiros” (R\$ 9,6 milhões), o “Auxílio-Alimentação” e a “Assistência Médica a Servidores e Dependentes” (R\$ 23,9 milhões), e a “Gestão e Administração de Unidades” (R\$ 30,1 milhões).

No que se refere ao programa de investimentos, embora R\$ 1,0 bilhão tenham sido empenhados, apenas R\$ 434,7 milhões foram efetivamente pagos durante o exercício, ou seja, 31,1% do montante autorizado. Os gastos com investimentos se concentraram em seis programas, totalizando R\$ 846,1 milhões de valores liquidados e R\$ 426,2 milhões de valores pagos, ou seja, respectivamente 84% e 98% dos gastos nesse GND. Tais programas e respectivos valores se acha evidenciados no demonstrativo a seguir.

Valores em R\$ 1,00				
Programa	Valor Autorizado	Valor Liquidado	Valor Pago	% Pg s/Aut
Morar Melhor	41.247.145	41.018.772	33.358.970	80,88
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	401.668.023	261.700.461	107.608.869	26,79
Descentralização dos Sistemas de Transp. Ferrov. Urbano de Passageiros	244.608.549	219.052.251	159.571.665	65,24
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios	243.111.750	169.611.137	31.587.150	12,99
Mobilidade Urbana	105.683.800	84.263.500	71.069.966	67,25
Habitação de Interesse Social	108.789.000	70.499.489	23.002.630	21,14
<b>T o t a i s</b>	<b>1.145.108.267</b>	<b>846.145.610</b>	<b>426.199.250</b>	<b>37,22</b>

Curiosamente, os programas “Saneamento Ambiental”, “Infra-estrutura Urbana”, “Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais”, “Resíduos Sólidos Urbanos” e “Drenagem Urbana



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**NÚCLEO 2 - Planejamento e Desenvolvimento Urbano**

Sustentável”, objeto de expressivo número de emendas durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional, tiveram execução inexpressiva, totalizando, no seu conjunto, apenas R\$ 5,8 milhões de valores pagos no decorrer de 2004.

### 2.3. COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Em termos comparativos, a situação da execução do Ministério das Cidades, em 2004, em relação ao exercício de 2003, apresenta um quadro de expressiva expansão nos níveis de execução (variações superiores a 33% tanto nas despesas liquidadas quanto nas pagas), não obstante a redução de 7,3% nos montantes autorizados. Conforme se acha evidenciado no quadro a seguir, os melhores desempenhos ocorrem na programação das unidades Ministério das Cidades (Mcid) e no Fundo de Educação e Segurança de Trânsito (Fundo), com variações superiores a 50% em relação ao desempenho de 2003.

(valores em R\$ milhões)

Unidade Orçamentária	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação
	Autorizado	Autorizado	%	Liquidado	Liquidado	%	Pago	Pago	%
Mcid	1825	1.697,4	-7,0	722,5	1.042,9	44,3	291,2	498,9	71,3
Trensurb	135,3	143,1	5,8	99,0	120,3	21,5	95,3	107,4	12,7
CBTU	1167,9	1.011,9	-13,4	663,2	821,7	23,9	624	754,7	20,9
Fundo	74,7	117,6	57,4	32,1	43,1	34,3	25,6	38,4	50,0
<b>Total</b>	<b>3202,9</b>	<b>2.970,0</b>	<b>-7,3</b>	<b>1.516,8</b>	<b>2.028,0</b>	<b>33,7</b>	<b>1036,1</b>	<b>1399,4</b>	<b>35,1</b>

### 2.4. PROGRAMAS COM MAIOR VOLUME FINANCEIRO DE EXECUÇÃO

Ao nível da execução por programas, em 2004, a execução orçamentária do Ministério das Cidades apresenta o seguinte perfil:

(valores em R\$ milhões)

PROGRAMA	Lei+Créd.	Empenhado	Liquidado	Val.Pagos	% Pag.
Morar Melhor	41,2	41,0	41,0	33,4	80,88
Gestão da Política de Desenv. Urbano	14,2	11,9	11,9	9,1	64,23
Segurança e Educação de Trânsito	74,0	46,5	46,5	41,7	56,39
Apoio Administrativo	26,7	23,4	23,4	21,7	81,33
Oper.Especiais: Cumpr. Sentenças Judic.	120,8	66,2	66,2	62,0	51,35
Oper.Especiais: Serviço Div. Interna	127,8	107,0	107,0	107,0	83,72
Oper.Especiais: Serviço Div. Externa	570,5	406,6	406,6	406,6	71,28
Urbanização, Regul. e Integr. de Assent.	423,8	278,9	278,9	113,2	26,72
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	28,6	23,0	23,0	4,4	15,5
Desc. Sistemas de Transp. Ferrov. Passag.	584,6	543,6	543,6	468,0	80,06
Apoio ao Desenv. Urbano de Municípios	243,1	169,6	169,6	31,6	12,99
Mobilidade Urbana	108,9	86,9	86,9	71,4	65,55
Habitação de Interesse Social	108,8	70,5	70,5	23,0	21,14
Outros Programas	497,1	152,7	152,7	6,2	1,21
<b>Totais</b>	<b>2.970,1</b>	<b>2.028,0</b>	<b>2.028,0</b>	<b>1.399,4</b>	<b>47,12</b>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
**NÚCLEO 2 - Planejamento e Desenvolvimento Urbano**

### **3. RESTOS A PAGAR DE 2003 EXECUTADOS EM 2004**

No final do exercício de 2003 foram inscritos como “Restos a Pagar Não Processados” (RP), um montante de R\$ 31,5 milhões no MPOG e de R\$ 232,4 milhões no âmbito das unidades orçamentárias do Ministério das Cidades.

Os RP das unidades orçamentárias do MPOG se concentravam nos GNDs “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 25,1 milhões) e “Outras Despesas Correntes” (R\$ 5,4 milhões). Desses, foram objeto de anulação as parcelas de R\$ 21,6 milhões no primeiro GND e de R\$ 2,4 milhões no último. Os R\$ 7,4 milhões remanescentes foram integralmente executados. Em termos da concentração dos RP, por projetos, cumpre destacar:

Remuneração do Pessoal Ativo da União (MPOG)	R\$ 1.993.380
Administração da Unidade (IGBE)	R\$ 1.409.355
Administração da Unidade (MPOG)	R\$ 888.452
Pagamento de Aposentadorias e Pensões (MPOG)	R\$ 792.525
Implantação do Sistema de Geoprocessamento (IGBE)	R\$ 470.362

No Ministério das Cidades os Restos a Pagar (RP) inscritos se referiam, integralmente, ao GND “Investimentos”. Do seu montante, após a anulação de R\$ 0,9 milhão, foram pagos R\$ 149,2 milhões durante 2004, restando a pagar R\$ 82,3 milhões. Tais os valores pagos de RP se acham concentrados nos seguintes projetos:

Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana	R\$ 84.685.990
Melhoria das Condições de Habitabilidade	R\$ 21.085.438
Projetos a classificar na UO Ministério das Cidades	R\$ 19.563.000
Implantação de Serviços de Saneamento Munic. Até 75.000 Habitantes	R\$ 5.987.463
Manutenção e Operação de Sistemas de Transp. Ferrov. de Passageiros	R\$ 3.150.717
Implantação de Serviços de Saneamento Básico – Conclusão de Obras	R\$ 2.893.135
Implantação de ... Obras de Infra-estrutura Urbana – Conclusão de Obras	R\$ 2.812.452
Ações de Reestruturação Urbana e Adequação de Vias	R\$ 2.251.349

### **4. RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2004.**

No final do exercício de 2004 foram inscritos como “Restos a Pagar Não Processados”, um montante de R\$ 246,5 milhões no MPOG e de R\$ 614,3 milhões no Ministério das Cidades. No MPOG a maior parte desses RP se vinculam aos GNDs “Outras Despesas Correntes” (R\$ 50,6 milhões) e “Inversões Financeiras” (R\$ 162,6 milhões). No Ministério das Cidades, nos GNDs “Outras Despesas Correntes” (R\$ 51,9 milhões) e “Investimentos” (R\$ 558,9 milhões). Até final de março de 2005 foram pagos, desses restos a pagar, R\$ 69,7 milhões no MPOG e R\$ 15,3 milhões no Ministério das Cidades.

Brasília, 12 de abril de 2005.

OSVALDO MALDONADO SANCHES  
Consultor de Orçamento